

**Regras mais restritivas de acesso ao seguro desagradaram produtores rurais, mas governo alega uso indevido do programa**

Após audiência pública na Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados nesta quinta-feira (11), o governo sinalizou para ajustes nas novas regras do seguro rural do Proagro para minimizar perdas dos pequenos agricultores. Eles reclamam de limites para o acionamento do seguro por produtores que têm várias culturas em uma mesma propriedade.

Hoje, o produtor pode acionar o seguro até sete vezes para um período de cinco anos, mas em um mesmo CPF. Antes, era possível acionar até três vezes, mas por cultura. O objetivo é cair para cinco acionamentos entre 2025 e 2026.

Presidente da Associação dos Produtores de Cebola de Santa Catarina, Jelson Gesser disse que o produtor é incentivado a ter uma produção diversificada. “Produtor de Santa Catarina cultiva mais do que uma lavoura na propriedade dele. Até porque sempre foi pregado pelos órgãos de pesquisa e extensão rural que nós precisávamos diversificar na nossa propriedade”.

**Uso inadequado**

Claudio Filgueiras, responsável pela área de agronegócio do Banco Central, disse que serão feitos ajustes, mas explicou que o governo precisa reduzir os gastos com o Proagro porque em 2023 ele custou R\$ 8 bilhões para o Tesouro.

Filgueiras disse ainda que foram verificadas situações de uso inadequado do programa, como a de um produtor que conseguiu receber R\$ 1 milhão do governo em 41 coberturas. “Pode ser que a nova regra tenha sido muito dura. Por isso que estamos discutindo com o ministério alguns ajustes para o próximo Plano Safra, mas nós não podíamos aceitar, no Banco Central, alguém receber isso tudo de um programa do governo.”

O deputado Pezenti (MDB-SC) disse que o governo precisa cortar despesas, mas afirmou que não

considera altos os gastos com o Proagro. “Eu acho que R\$ 8 bilhões gastos no Proagro são bastante dinheiro, mas não para um governo que gasta R\$ 16 bilhões em Lei Rouanet para incentivo à cultura”, declarou.

Outras mudanças no programa foram a redução do faturamento mínimo para enquadramento no Proagro de R\$ 335 mil para R\$ 270 mil por ano; e a redução da garantia mínima, uma renda mínima entre as safras, de R\$ 40 mil por ano para R\$ 9 mil por cultura. Outra mudança, segundo Claudio Filgueiras, também quer induzir os produtores a plantarem em períodos de menor risco.

**Fonte:** Agência Câmara de Notícias, em 11.04.2024